

8.1 ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS AVENÇAS DO MÊS DE SETEMBRO - NOITE BRANCA:

Submete-se para ratificação do Executivo Municipal, o despacho exarado pelo Sr. Presidente, em 17 de dezembro de 2018, em que propõe a isenção do pagamento das avenças do mês de setembro, a todos os detentores de avenças ativas nas seguintes ruas/prças, do mês de setembro-Noite Branca:

- Praça Municipal;
- Rua de Stº. António;
- Rua Frei Caetano Brandão.



BRAGA
Município

DMGAP-DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

Nº Informação: 34978

Data: 12/11/2018

Concedo a unidade h. DN6AP.
2018/11/27

Remeter ao M.º P.º
deve para pertencem

Assunto: Noite Branca - Isenção do pagamento das avenças do mês de setembro das ruas mencionadas.

Considerando:

1. O evento Noite Branca, como de interesse municipal e o qual se repete num afluxo de milhares de visitantes que participam em numerosas exposições, eventos, atividades e que dinamizando de forma determinante todo o comércio local;
2. O Edital n.º ED/312/2018;
3. A bondade de não prejudicar o normal desenvolvimento das atividades do evento, e tendo em conta a necessidade de precaver os interesses dos munícipes detentores de avenças ativas nas seguintes ruas/prças:
 - Praça Municipal;
 - Rua de Santo António;
 - Rua Frei Caetano Brandão.

25/11/2018
O Diretor Municipal de Gestão Municipal
Miguel António Guimarães

Conforme informação do Sr. Vereador Dr. João Rodrigues enviada por correio eletrónico à Divisão Financeira no dia 21 de agosto de 2018, que propõe isenção, através do não processamento das avenças, a todos os detentores de avenças ativas nos locais mencionados no n.º 3, no mês de setembro.

Com o intuito de regularizar o procedimento realizado (o qual importa no valor de 2.767,40 euros).

Propõe-se:

Que superiormente haja pronúncia sobre este conjunto de isenções.

À consideração superior.

Concordo, a consideração superior.
Bragança, 12/11/18

13/11/2018
Diretor Municipal de Gestão Municipal
Miguel António Guimarães

Concedo a unidade h. DN6AP.
2018/11/12

Utilizador: Luisa Maria Dias Braga

(Faint handwritten notes at the bottom of the page)

671

(Signature)

EDITAL N.º ED/312/2018

DR. JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, Vereador da Câmara Municipal de Braga, e no uso das competências delegadas por despacho do Sr. Presidente da Câmara em 06-11-2017,

FAZ SABER QUE, por motivo da realização da “Noite Branca 2018”, e em aditamento ao Edital N.º ED/272/2018, são estabelecidas as seguintes restrições de circulação e estacionamento automóvel:

- a) É proibido o estacionamento automóvel na Praça Municipal e Rua de Santo António das 19H00 do dia 30 de agosto até às 23H59 do dia 2 de setembro;
- b) O arruamento a nascente do edifício Municipal na Praça Municipal fica encerrado ao trânsito e estacionamento automóvel a partir das 19H00 do dia 27 de agosto, até às 23H59 do dia 3 de setembro;
- c) É proibido o estacionamento automóvel na Rua D. Frei Caetano Brandão, desde a Praça Conselheiro Torres de Almeida até ao cruzamento com a Rua D. Diogo de Sousa, bem como nos arruamentos Norte e Sul da Praça Municipal, entre o entroncamento destes com o arruamento a Nascente do Edifício Municipal e a Rua D. Frei Caetano Brandão, desde as 19H00 do dia 27 de agosto até às 23H59 do dia 03 de setembro;
- d) É proibido o trânsito automóvel na Avenida Visconde Nespereira das 19H00 do dia 31 de agosto até às 08H00 do dia 2 de setembro;
- e) É proibido o estacionamento automóvel na Avenida Visconde Nespereira das 14H00 do dia 31 de agosto até às 08H00 do dia 2 de setembro;
- f) É proibido o trânsito automóvel na Praça Municipal e Rua de Santo António das 14H00 do dia 31 de agosto até às 23H59 do dia 2 de setembro;
- g) É proibido o trânsito automóvel no arruamento entre a Praça Conselheiro Torres de Almeida e a Rua Alferes Alfredo Ferreira das 20H30 do dia 31 de agosto às 06H00 dia 1 de setembro e das 20H30 do dia 1 de setembro às 06H00 do dia 2 de setembro;

- h) É proibido o estacionamento automóvel no arruamento entre a Praça Conselheiro Torres de Almeida e a Rua Alferes Alfredo Ferreira das 14H00 do dia 31 de agosto às 05H00 do dia 1 de setembro e das 14H00 do dia 1 de setembro às 05H00 do dia 2 de setembro;
- i) Na Rua Alferes Alfredo Ferreira é condicionado o trânsito e o estacionamento automóvel, mediante necessidades pontuais que se venham a verificar, e por forma a garantir condições de segurança e circulação, entre as 14H00 do dia 31 de agosto e as 23:59 do dia 2 de setembro;
- j) É proibido o trânsito automóvel na Avenida Central e na Rua dos Chãos entre as 19H00 do dia 31 de agosto e as 06H00 do dia 1 de setembro e entre as 19H00 do dia 1 e as 06H00 do dia 2 de setembro;
- k) É proibido o trânsito automóvel na Rua D. Frei Caetano Brandão, desde a Praça Conselheiro Torres de Almeida até ao cruzamento com a Rua D. Paio Mendes, entre as 19H00 do dia 31 de agosto e as 06H00 do dia 1 de setembro e entre as 19H00 do dia 1 e as 06H00 do dia 2 de setembro;
- l) Entre as 20H00 do dia 31 de agosto e as 06H00 do dia 1 de setembro e entre as 20H00 do dia 1 e as 06H00 do dia 2 de setembro não serão permitidos acessos à Área Pedonal, sendo estes salvaguardados unicamente em situações de emergência.

Praça de táxis

Em virtude das restrições de circulação automóvel que se irão observar, e por forma a garantir o seu normal funcionamento, é alterado provisoriamente o local de estacionamento de viaturas de transporte público de aluguer em veículos ligeiros de passageiros localizado existente na Avenida Central.

Assim, e entre os dias 31 de agosto e 2 de setembro, ficará a praça de táxis localizada do lado Norte da Avenida Central, entre a Rua de S. Gonçalo e o número 95 da avenida (a poente da Rua de S. Gonçalo).

Condicionamento de acesso a parques de estacionamento

O acesso ao Parque de Estacionamento do Campo da Vinha pela entrada da Praça Conselheiro Torres e Almeida, assim como a respetiva saída, serão fechadas entre as 19H00 do dia 31 de agosto até às 03H00 do dia 01 de setembro e das 19H00 do dia 01 de setembro até às 05H00 do dia 02 de setembro. Nestes horários o acesso ao Campo da Vinha será efetuado pelas demais entradas existentes, estando disponíveis todas as restantes saídas do parque.

O presente Edital substituiu e republica as disposições relativas a restrições de circulação e estacionamento automóvel anteriormente publicitadas através do Edital N.º ED/272/2018.

Para constar se mandou passar o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo, publicitado no *site* do Município e publicado num jornal de âmbito local.

Braga e Paços do Município, 22 de Agosto de 2018

O VEREADOR,



Dr. João Vasconcelos Barros Rodrigues

CERTIDÃO DE AFIXAÇÃO

Certifico que afixei o presente edital em 23/08/2018 - DAC/Liliana Veiga

Relatório do Documento interno n.º 36220 de 21/11/2018

Div. Finanças

DOCUMENTO Nº

REMETENTE FUNC.: HELENA MARGARIDA FERREIRA FREITAS PEREIRA

DATA 00/00/0000

TIPO DE DOCUMENTO INFORMAÇÃO

REFERÊNCIA

LIVRO DE REGISTO LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA

REGISTADO: helenapereira

ATUALIZADO: helenapereira

ASSUNTO

Isenção de pagamento de avenças - Noite Branca

Detalhes do Documento

1. Original Enviado para Func.: Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimaraes

PROCESSO N.º

CLASSIFICAÇÃO

OBSERVAÇÕES

Movimentos

(3) Movimentado no dia 23/11/2018 14:34 para Func.: Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimaraes

Efetuada por Func.: 852 - Maria Isilda Paredes Oliveira Castro Vilas Boas(isilda.castro)

Motivo: Concorde. À consideração superior.

(2) Movimentado no dia 23/11/2018 12:43 para Func.: Maria Isilda Paredes Oliveira Castro Vilas Boas

Efetuada por Func.: 5206 - Helena Margarida Ferreira Freitas Pereira(helenapereira)

Motivo: Em resposta ao I/34978

(1) Movimentado no dia 21/11/2018 14:55 para Func.: Helena Margarida Ferreira Freitas Pereira

Efetuada por Func.: 5206 - Helena Margarida Ferreira Freitas Pereira(helenapereira)

Motivo: Registo original!

O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães
23/11/2018

100%

Nº Informação: 36220

Data: 21/11/2018

ASSUNTO: Noite Branca – Isenção de pagamento de avenças do mês de setembro

DA FACTUALIDADE:

Consta do documento com a referência I/34978 que o Sr. Vereador Dr. João Rodrigues, em 21 de agosto de 2018, remeteu à Divisão Financeira uma proposta de isenção, através do não processamento das avenças, a todos os detentores de avenças ativas na Praça Municipal, Rua de Santo António e Rua Frei Caetano Brandão, para o passado mês de setembro. Tal intenção surgiu tendo em conta a *“necessidade de precaver os interesses dos munícipes detentores de avenças ativas”* nas supracitadas ruas, que, com o evento denominado *“Noite Branca”* viram condicionados os seus lugares de estacionamento. Vem agora aquela unidade orgânica, solicitar a pronúncia sobre este conjunto de isenções.

Apreciando:

DA NATUREZA JURÍDICA DO QUANTUM COBRADO

Apesar do CRMB referir por diversas vezes que pela utilização de zonas de estacionamento de duração limitada é devida uma taxa¹, parece-nos que o *quantum* cobrado para aquela finalidade se trata, na verdade, de um preço.

Isto porque, existe liberdade de escolha entre as prestações, que podem ser asseguradas pelo setor público ou privado, ao contrário do que acontece nas taxas. Olhando ao conceito de taxa, percebemos que se trata de uma prestação pecuniária, de carácter não sancionatório, unilateralmente definida pelo titular do poder tributário, que é devida pela utilização individualizada ou por um serviço público prestado no âmbito de uma atividade

¹ E da mesma forma, *“A atribuição de uma avanço torna-se efetiva 48 horas após o pagamento da respetiva taxa.”*

pública, pelo uso de bens públicos ou, finalmente, pela remoção de um obstáculo jurídico à utilização de um serviço ou bem públicos.

Outra dissemelhança consiste no facto de os preços estarem subordinados ao “*princípio da equivalência económica*” e não apenas ao “*princípio da equivalência jurídica*”, como acontece nas taxas.

À Assembleia Municipal compete fixar taxas e à Câmara Municipal compete estabelecer preços.

In casu, a prestação pecuniária consubstancia-se como um verdadeiro preço, porquanto o particular pode optar por estacionar o seu carro em qualquer outro lugar (público ou privado), sendo que os preços não deverão ser inferiores aos custos do serviço prestados.

No entanto, a querela sobre a terminologia a adotar, não terá relevância no caso que ora nos ocupa, já que o capítulo relativo às isenções e reduções indica que as mesmas se aplicam a taxas e outras receitas municipais.

DA APLICAÇÃO DO CRMB À QUESTÃO DICIDENDA

Vem a matéria relativa ao estacionamento regulada no capítulo II, do Título I (Trânsito, circulação e estacionamento), da parte D – Gestão do espaço público do Código Regulamentar do Município de Braga, dispondo o artigo D-1/21.º que “*A utilização de zonas de estacionamento de duração limitada (ZEDL) fica sujeita ao pagamento de taxas, nos termos e condições a definir pela Assembleia Municipal e atualizadas anualmente.*”

Estas ZEDL são estabelecidas por deliberação do executivo municipal, cf. previsto no artigo D-1/20.º n.º 1. Ora, a este respeito, prevê o artigo D-1/23.º, com a epígrafe “*Isenções*” a possibilidade de, mediante deliberação camarária fundamentada, se autorizar o estacionamento gratuito de veículos. No entanto, fazendo uma leitura integrada e articulada do CRMB, sempre deveremos obedecer ao plasmado nos artigos H-1/15.º e seguintes, que preveem a possibilidade de isenção ou redução do pagamento de taxas e outras receitas municipais, devendo para o efeito estar preenchidos dois âmbitos:

- Subjetivo: a isenção/ redução de taxas ou outras receitas, pode ser atribuída a pessoas ou entidades previstas no artigo H-1/16.º n.º1 do CRMB, pessoas de comprovada insuficiência económica ou outras, a quem a Câmara reconheça, em deliberação fundamentada, que prosseguem fins de relevante interesse municipal do respetivo objeto; e
- Objetivo: os benefícios a conceder devem limitar-se aos atos e factos direta e imediatamente relacionados com a prossecução das competências, fins ou finalidades estatutárias das pessoas/ entidades consideradas elegíveis nos termos que antecedem.

No caso em apreço, cumpre-nos, então, aferir o cabimento (ou não) destes requisitos, nomeadamente ponderando se subjacente à isenção a atribuir, está a prossecução do interesse público.

E se podemos admitir que o primeiro se encontra preenchido, invocando o relevante interesse municipal - com o fundamento melhor explanado no primeiro considerando da Divisão Financeira *"O evento noite branca, como de interesse municipal e o qual se repercute num afluxo de milhares de visitantes que participam em numerosas exposições, eventos, atividades e concertos, dinamizando de forma determinante todo o comércio local"*, o mesmo já não será tao líquido quanto ao âmbito objetivo, uma vez que terá de haver uma conexão entre a pessoa a isentar e as finalidades por ela prosseguidas.

É ainda de referir que, a concessão de isenções ou reduções do pagamento de taxas ou outras receitas municipais, compete à Câmara Municipal, sendo certo que em cada sessão da Assembleia Municipal será, pelo Sr. Presidente da Câmara, prestada informação sobre os benefícios fiscais concedidos, em cumprimento do artigo H-1/19.º do CRMB.

Por outro lado,

Inserido na secção III- Estacionamento de Duração Limitada, mas em subsecção própria- a II-, temos as *"AVENÇAS"*, sendo o artigo D-1/32.º, de acordo com a própria epígrafe a estabelecer as *"Condições gerais das avenças"*.

A cada avença é associada uma viatura, sendo o estacionamento ao abrigo deste regime válido apenas para a(s) via(s) para a(s) qual(is) foi atribuída a avença.

No entanto, em caso de constrangimentos no trânsito, que, por qualquer motivo, obriguem ao encerramento de ruas, para as quais existam avenças de estacionamento, os titulares das mesmas, poderão estacionar as viaturas associadas, em qualquer uma das ruas contíguas.²

Enquadrando o texto normativo à situação concreta, sempre diremos que parece a situação fática enquadrar-se neste n.º 4 do artigo D-1/32.º do CRMB.

Isto porque,

Conforme previsto no edital n.º ED/312/2018, entre 31 de agosto e 02 de setembro, existiram efetivamente restrições de circulação automóvel em algumas Ruas e Praças do Município, sendo que nas supradescritas (e para as quais se propõe a isenção) houve proibição do trânsito automóvel. Tal circunstancialismo faz preencher a 1.ª parte do artigo “em caso de constrangimentos ao trânsito, que, por qualquer motivo, obriguem ao encerramento das ruas”, prevendo a 2.ª parte a alternativa nestas situações ao dizer que os titulares das avenças de estacionamento “poderão estacionar as viaturas associadas, em qualquer uma das ruas contíguas.”

Parece-nos, portanto, que a génese da norma pretende alcançar uma solução para os titulares das avenças, caso as ruas se encontrassem encerradas, não se estabelecendo, nesta parte – que é especial e, portanto, prevalece sobre a geral - a possibilidade de atribuição de isenções.

Temos então, em resposta ao solicitado, de concluir que:

1. Existe, efetivamente, uma disposição regulamentar relativa a “Isenções”, no título relativo ao trânsito, circulação e estacionamento do CRMB, pelo que não será de excluir a possibilidade da sua aplicação;

² Sublinhado nosso
Praça Conde de Agrolongo 4704 - 514 Braga
Balcão Único Municipal
MODCMB02001_00



2. Neste caso, o procedimento a adotar deve ser o previsto na parte H-1 do Código, devendo haver a verificação, cumulativa, dos âmbitos subjetivo e objetivo;
3. Ultrapassada essa questão, deverá existir uma deliberação camarária fundamentada para a isenção, da qual deve ser dado conhecimento à Assembleia Municipal.
4. Contudo, somos do entendimento que, existindo disposição regulamentar própria - que prevê o procedimento a adotar em caso de impedimento dos titulares das avenças às respetivas ruas -deverá ser de aplicar esta;
5. Nesse caso, não haverá lugar a qualquer isenção, prevendo o CRMB a possibilidade de o titular estacionar noutras ruas, contíguas à que lhe estava adstrita.

No entanto, não sendo esta uma questão de clara resolução, fica à consideração superior o caminho a enveredar.

A Jurista,

